

# Professor estuda maneira de desmilitarizar o país

Marco Antônio Coelho Filho

São Paulo — O professor Fausto Castilho, da Universidade de Campinas, acha que a redução do poder dos militares brasileiros ocorrerá de forma segura e progressiva, se o sistema de governo adotado pela Constituinte for o parlamentarismo. Mas caso os constituintes brasileiros prefiram preservar o atual modelo presidencialista, a influência exercida pelos militares permanecerá virtualmente intacta.

Castilho, do Departamento de Filosofia da Unicamp, prepara no momento uma proposta sobre os caminhos para a desmilitarização no país, por encomenda da liderança do PMDB na Constituinte. Amigo pessoal dos senadores Mário Covas (PMDB-SP) e José Richa (PMDB-PR), Castilho enxerga no Estado brasileiro evidências de uma excessiva presença militar. "Ela está inibida desde a derrota da ditadura", ressalva, "mas não desocupou nenhum dos espaços conquistados a partir de 1964". Castilho expôs suas idéias numa recente palestra patrocinada pelo núcleo de estudos estratégicos da Unicamp, que é dirigido pelo coronel reformado do Exército Geraldo Cavagnari.

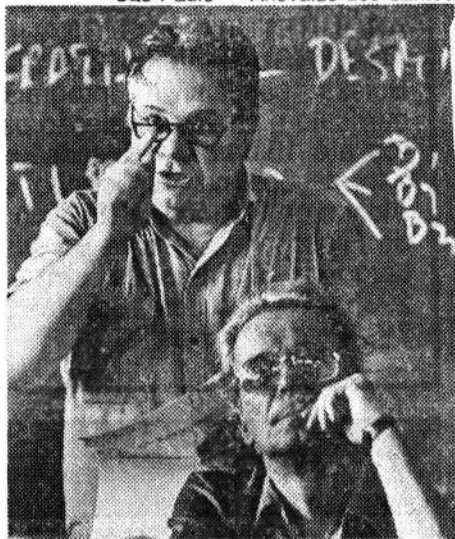
Diante de uma atenta platéia de estudantes e militares, que o ouviram por quatro horas, Castilho procurou demonstrar que a manutenção no primeiro escalão governamental de ministros militares "é próprio de republiquetas" — no Brasil, são militares os ministros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do SNI, do Gabinete Militar e do EMFA. O professor também considera uma anomalia o status alcançado no Brasil pelo SNI, "criado nos moldes, da CIA, para ter uma projeção militar externa, e que, por falta de inimigo externo, teve de ser dirigido para outras funções".

O ideal, segundo Castilho, seria que a Constituição brasileira sequer tratasse da questão militar, "a exemplo das constituições mais modernas existentes no mundo", e se consumasse a extinção do SNI e do Conselho de Segurança Nacional. "Convém, entretanto, que cheguemos até a casuística para prevenir uma possível intervenção militar na ordem interna", reconhece o professor.

De acordo com sua proposta, a questão militar deveria ser tratada em três instâncias distintas: na área da competência da Constituição, em leis complementares e até na legislação ordinária. "A penetração do militarismo nos diversos aparelhos do estado brasileiro foi implementado de forma única, não existindo no mundo um caso similar", observa Castilho. Por isso mesmo, o processo de desmilitarização também deverá ocorrer de forma única".

Fausto Castilho sustenta que o enraizamento militar no país se dá em cinco diferentes níveis: no aparelho de representação (no caso

São Paulo — Ariovaldo dos Santos



Fausto Castilho (de pé)

dos ministérios e centros de decisões mais importantes), no aparelho policial, no administrativo, nas empresas do estado e no controle da indústria de armamentos. "O Brasil é a única nação do mundo que consegue sair de uma ditadura militar para um período de transição, sem que os militares percam um posto sequer de poder e consigam manter intacto o aparelho de repressão", afirma o professor, lembrando que os DOI-CODI do passado foram apenas inibidos.

Da mesma forma, diz Castilho, continuam sob o controle das Forças Armadas as polícias militares, a Polícia Federal e o SNI. "Esse fato dá às Forças Armadas uma enorme facilidade para intervir em problemas policiais, como estamos vendo nos dias de hoje, com muita tranquilidade", afirma o professor.

No setor da administração direta da máquina federal, os exemplos são igualmente múltiplos. O Dentel — órgão do Ministério das Comunicações encarregado de controlar e fiscalizar todas as emissoras de rádios e televisão do país — o Sindacta e a Infraero, que controlam os aeroportos, estão sob o comando de Militares. Nas democracias mais avançadas, essas funções são exercidas por civis.

Na área das empresas estatais — por exemplo as ligadas ao setor energético, como a Petrobrás ou a Nuclebrás —, a presença militar é também muito forte. "Tanto neste aparelho quanto no setor de armamentos a desmilitarização é algo extremamente complicada, pois em certos casos, se os militares se retirassem, nem a grande burguesia nacional teria condições de ocupar imediatamente o espaço", alerta o professor. Nesses casos, ele preferiria que o afastamento dos militares fosse feito gradualmente.

## Sugestões para transição suave

São Paulo — As propostas do professor Fausto Castilho sobre a questão militar para a Constituinte são as seguintes:

**Ordem interna:** que a comissão estabeleça a possibilidade, por mais três anos, de intervenção das Forças Armadas na ordem pública, segundo regulamentação de uma lei complementar, até que os aparelhos policiais sejam considerados em condições de cumprir satisfatoriamente o seu papel. Deve ficar previsto que essa intervenção só aconteceria depois de esgotadas todas as possibilidades de atuação das forças policiais e similares (incluídas certas forças municipais) e que as diferenças entre operação militar e policial sejam claramente esclarecidas na Constituição.

No entendimento do professor, a lei complementar sobre esse assunto deveria tramitar no Congresso Nacional paralelamente à Constituinte, com data certa para ser aprovada. Essa lei estabeleceria que uma intervenção militar na ordem interna somente poderia ocorrer mediante autorização do Parlamento, podendo o militar responsável, encerradas as operações, ser convocado pelo Congresso para explicações, caso necessário.

Passados os três anos, porém, a possibilidade de intervenção militar na ordem pública deixaria de existir.

**SNI e Conselho de Segurança Nacional:** como a precisa delimitação das funções desses

dois órgãos não é, segundo Castilho, de competência da Constituição, eles também seriam regulamentados através de leis complementares que tramitariam paralelamente aos trabalhos da Constituinte. Como esses organismos foram criados baseados no modelo americano, o professor sugere que a Constituinte dirija-se ao Congresso americano, solicitando toda a legislação existente sobre a CIA (Agência Central de Informações) e o NSC (National Security Council), sobretudo no que diz respeito aos mecanismos de fiscalização e controle adotados.

Se uma simples cópia for executada, no caso do SNI, a desmilitarização do órgão, no entender de Castilho, será completa, pois a CIA não tem um ministro a sua frente, mas um diretor, e este não é um militar, mas um funcionário civil. O Congresso Nacional teria direito também, segundo proposta de Castilho, toda vez que achar necessário, a convocar o diretor do órgão para explicações.

**Administração direta e estatais:** Nesses dois casos, a proposta de Castilho é que se faça, através da legislação ordinária, uma reforma administrativa onde sejam formulados novos estatutos para as estatais, de forma a retirar progressivamente os militares dos postos que hoje ocupam.

**Forças policiais:** Por leis complementares, as polícias militares voltariam para o controle dos governos estaduais e deveriam ser criadas polícias municipais.

ANC 88

Pasta 08 a 15

Abril/87

071

Ver página

ANC-FA